

Handwritten signature and initials in blue ink.

MADALENA PROGRESSO EEM- em
liquidação

Relatório de Gestão e Contas
2013

Madalena do Pico 20 de Março de 2014

Índice



I – Relatório de gestão

II – Balanço

III – Demonstração dos resultados por naturezas

IV – Demonstração das variações no capital próprio

V – Demonstração dos fluxos de caixa

VI – Anexo às demonstrações financeiras

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único

VIII – Certificação Legal de Contas

lu
4 7

MADALENA PROGRESSO, E.E.M. –EM LIQUIDAÇÃO

Contribuinte n.º 512095094

Largo Cardeal Costa Nunes

9950-324 Madalena do Pico

Telefone: 292 628 700

Fax: 292 628 746



Relatório do Conselho de Administração com funções de liquidatário – 2013

1. ENQUADRAMENTO ECONOMICO

As atuais projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade no período 2014-2015, após uma contração acumulada de cerca de 6 por cento no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas. Este processo deverá ocorrer num quadro de manutenção de condições regulares de financiamento da economia, ao longo do horizonte de projeção.

A progressiva e hipotética recuperação da procura interna, dependerá da evolução do consumo público e do consumo privado, a qual continuará, no entanto, a ser condicionada pelo processo de consolidação orçamental e de desalavancagem do setor privado, e pela manutenção de condições desfavoráveis no mercado de trabalho.

As exportações deverão manter um crescimento forte, suportado pela recuperação da procura externa, embora com um ritmo inferior ao observado no período anterior à crise financeira. Importa referir que as exportações têm desempenhado um papel crucial no ajustamento da economia portuguesa, apesar do crescimento relativamente limitado da atividade económica mundial observado no período 2011-2013.

Em resumo o contexto macroeconómico interno, dependerá fortemente do comportamento das exportações, dado que se prevê nos próximos anos que o consumo interno continuará débil e continuando a ser o parente pobre da recuperação económica, derivado essencialmente do excessivo endividamento global da economia portuguesa (que em 31 de Dezembro de 2013 , atingiu a quantia de 736 mil milhões de euros ,ou seja 445% do PIB) o que obrigará a alocar importantes recursos financeiros para o serviço a dívida.

MADALENA PROGRESSO, E.E.M. –EM LIQUIDAÇÃO

Contribuinte n.º 512095094
Largo Cardeal Costa Nunes
9950-324 Madalena do Pico
Telefone: 292 628 700
Fax: 292 628 746



2. - EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

MADALENA PROGRESSO, E.E.M., Pessoa Coletiva com o número 512.095.094, com sede no Largo Cardeal Costa Nunes, na Vila de Madalena do Pico, teve o seu início de atividade em 2006, tendo como objeto a conceção e construção de diversos empreendimentos públicos no Concelho de Madalena do Pico.

A Madalena Progresso EEM – em liquidação, está a executar um investimento público de especial relevância para o Concelho da Madalena do Pico, a empreitada da futura Biblioteca Municipal da Madalena do Pico iniciada no início de 2012 e que se prevê a sua conclusão até ao final de 2014. Este investimento tem um cofinanciamento assegurado pelo Proconvergência de 95% do seu custo total (projeto fiscalização+ empreitada), custo este que inclui IVA.

Depois de concluído este processo, proceder-se-á respetivo plano de partilha dos ativos e passivos da empresa.

O capital estatutário da empresa é de 666.277,40 €, subscrito do seguinte modo em 31 de Dezembro de 2012:

Estrutura Acionista

Entidade	Cap. estatutário	%
Município da Madalena do Pico	666.277,40	100,00%
	666.277,40	100%

MADALENA PROGRESSO, E.E.M. –EM LIQUIDAÇÃO

Contribuinte n.º 512095094

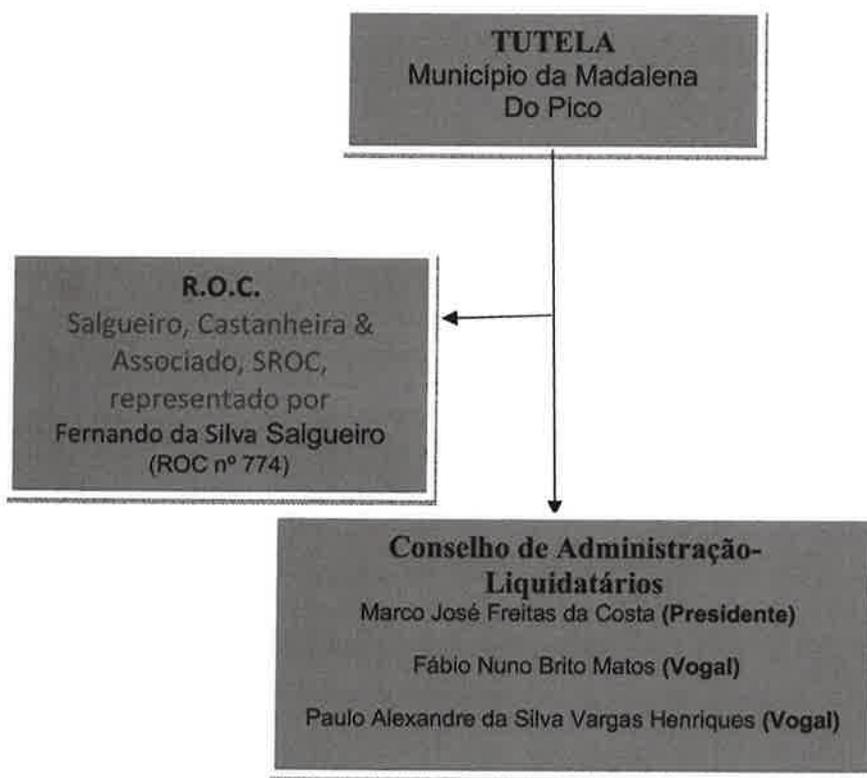
Largo Cardeal Costa Nunes

9950-324 Madalena do Pico

Telefone: 292 628 700

Fax: 292 628 746

Estrutura organizacional Em 31 de Dezembro de 2013



MADALENA PROGRESSO, E.E.M. –EM LIQUIDAÇÃO

Contribuinte n.º 512095094
Largo Cardeal Costa Nunes
9950-324 Madalena do Pico
Telefone: 292 628 700
Fax: 292 628 746



3- ACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes a 31 de Dezembro de 2013 que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

4 - EVOLUÇÃO PREVISIVEL DA ACTIVIDADE

Durante o ano de 2014 será marcado pela conclusão da empreitada da Biblioteca Municipal, com um prazo de execução inicial de 15 meses e que terá no final um prazo e execução de cerca de 35 meses, justificado pela alteração dos empreiteiros em obra , numa época de extremas dificuldades para as empresas do sector, que apesar de estarem garantidas o suporte financeiro para a execução da empreitada, as empresas duas anteriores empresas não tiveram capacidade para executar a empreitada.

Ao nível de recursos humanos, a sociedade não conta em 31 de Dezembro de 2013 com qualquer funcionário, em resultado da internalização das atividades no Município de Madalena do Pico

O Conselho de Administração, com funções de liquidatário, é composto por 3 elementos, o qual reúne, quando necessário, para acompanhar a gestão da conclusão do investimento, bem como avaliar, acompanhar e decidir sobre a execução a dissolução com vista á liquidação e partilha final dos ativos e passivos da empresa.

5 - BREVE ANALISE DA SITUAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

- A empresa em 2013 não cumpre a regra do equilíbrio de exploração, conforme provam os elementos contabilísticos e financeiros.

MADALENA PROGRESSO, E.E.M. –EM LIQUIDAÇÃO

Contribuinte n.º 512095094
Largo Cardeal Costa Nunes
9950-324 Madalena do Pico
Telefone: 292 628 700
Fax: 292 628 746

- O activo líquido da empresa, em 31 Dezembro de 2013, situou-se nos 1.092.220,23 euros.

6 - DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

7- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Foi apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, um resultado antes de impostos de -67.401,06 euros e um resultado líquido de -67.581,06 euros, o que resulta de um imposto de IRC de 180,00 euros.

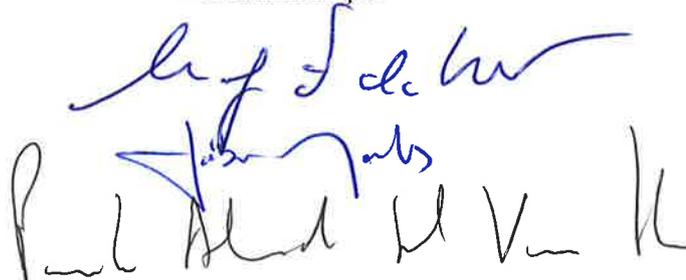
É proposto pelo Conselho de Administração a aplicação dos resultados líquidos do exercício em;

- - 67.581,06 Euro para resultados transitados.

Como nota final, a Administração aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionam.

Madalena do Pico, 20 de Março de 2014

A Administração



Handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Luís J. de Lencastre', with a second signature below it.

llw
to
P

II – Balanço

MADALENA PROGRESSO EEM
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Euros

	NOTAS	31.12.2013	31.12.2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	236.479,46	225.421,68
Activos intangíveis	8	0,00	0,00
Investimentos em curso	7	694.505,57	252.055,73
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	50.000,00	50.000,00
		<u>980.985,03</u>	<u>527.477,41</u>
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes	11	11.866,27	175.841,08
Adiantamentos de fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	10	820,69	5.642,30
Accionistas		0,00	0,00
Outras contas a receber	11	55.064,78	150,95
Diferimentos	12	0,00	1.384,38
Caixa e depósitos bancários	4	43.483,46	119.320,38
		<u>111.235,20</u>	<u>302.339,09</u>
Total do activo		<u>1.092.220,23</u>	<u>829.816,50</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		666.277,40	666.277,40
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Reservas legais		2.027,80	2.027,80
Outras reservas		4.090,67	4.090,67
Resultados transitados		(113.529,13)	4.863,58
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		211.811,08	142.251,04
		<u>770.677,82</u>	<u>819.510,49</u>
Resultado líquido do período		(67.581,06)	(118.392,71)
Total do capital próprio	13	<u>703.096,76</u>	<u>701.117,78</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	15	234.870,08	0,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<u>234.870,08</u>	<u>0,00</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	14	7.132,36	33.739,37
Adiantamentos a clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	10	10.357,18	23.247,13
Accionistas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	15	50.000,00	0,00
Outras contas a pagar	14	86.763,85	71.712,22
Diferimentos		0,00	0,00
		<u>154.253,39</u>	<u>128.698,72</u>
Total do passivo		<u>389.123,47</u>	<u>128.698,72</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>1.092.220,23</u>	<u>829.816,50</u>

O Técnico Oficial de Contas

Alícia Ponte

O Conselho de Administração

Luís de Azevedo
Pedro Mendes



III – Demonstração dos resultados

llan

MADALENA PROGRESSO EEM

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	NÓTAS	2013	2012
Em Euros			
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	16	13.785,34	52.500,90
Trabalhos para a própria empresa		0,00	0,00
Subsídios à exploração	17	0,00	185.985,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	(13.966,80)
Fornecimentos e serviços externos	18	(35.678,14)	(318.293,57)
Gastos com o pessoal	19	(16.079,07)	(153.339,19)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	20	500,12	144.691,80
Outros gastos e perdas	21	(5.433,86)	(7.603,09)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>(42.905,61)</u>	<u>(110.023,61)</u>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(10.595,81)	(8.562,61)
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>(53.501,42)</u>	<u>(118.586,22)</u>
Juros e rendimentos similares obtidos	23	0,00	4.333,79
Juros e gastos similares suportados	22	(13.899,64)	(4.067,77)
Resultado antes de impostos		<u>(67.401,06)</u>	<u>(118.320,20)</u>
Imposto sobre o rendimento do período		(180,00)	(72,51)
Resultado líquido do período		<u><u>(67.581,06)</u></u>	<u><u>(118.392,71)</u></u>
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentoras do capital da empresa-mãe		0,00	0,00
Interesses minoritários		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
		<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Resultado por acção básico		-1,35	-2,37

O Técnico Oficial de Contas

Cláudia Pinto

O Conselho de Administração

Prof. F. de A.
Paulo António L.

llw
R 7

IV – Demonstração das variações no capital próprio

MADALENA PROGRESSO EEM

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio afetando aos elementos do capital da empresa mãe						Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Reservados transferidos	Excedentes de revalorização	Outras alterações no capital próprio		
Saldo em 1 de Janeiro de 2012									
Primeira adoção de novo referencial contábil		666.277,40	2.027,80	4.090,67	381,47	0,00	0,00	6.482,11	577.259,45
Saldo inicial reavaliado		666.277,40	2.027,80	4.090,67	381,47	0,00	0,00	4.482,11	577.259,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Alterações de políticas contábeis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação dos resultados de 2011		0,00	0,00	0,00	4.482,11	0,00	0,00	14.482,11	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos não tangíveis a pagar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos não tangíveis e intangíveis e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	4.482,11	0,00	0,00	4.482,11	142.251,04
RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00	0,00	4.482,11	0,00	0,00	4.482,11	142.251,04
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Reavaliação de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2012		666.277,40	2.027,80	4.090,67	4.863,58	0,00	0,00	-118.392,71	101.117,78
Saldo em 1 de Janeiro de 2011		666.277,40	2.027,80	4.090,67	4.863,58	0,00	0,00	-118.392,71	101.117,78
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Primeira adoção de novo referencial contábil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábeis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicação dos resultados de 2011		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos não tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos não tangíveis e intangíveis e respectivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00	0,00	0,00	-118.392,71	0,00	0,00	118.392,71	69.590,04
RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00	0,00	-118.392,71	0,00	0,00	118.392,71	69.590,04
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
Reavaliação de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reavaliação de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		666.277,40	2.027,80	4.090,67	-118.519,13	0,00	0,00	-118.392,71	703.096,76

O Conselho Administrativo

Célia Pinto

RA de Fds m F. 2. 7. 2012
RA de Fds m F. 2. 7. 2012

mm

Handwritten initials and a mark in the top right corner.

V – Demonstração dos fluxos de caixa

leat
4

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

RUBRICAS	NOTAS	Euros	
		PERÍODOS 2013	2012
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		179.973,41	209.652,97
Pagamentos a fornecedores		(75.003,85)	(343.225,90)
Pagamentos ao pessoal		(31.167,12)	(140.671,01)
Caixa gerada pelas operações		73.802,44	(274.243,94)
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		4.616,75	(8.993,41)
Outros recebimentos/(pagamentos)		(47.261,76)	(59.517,13)
Fluxos de caixa das actividades operacionais		31.157,43	(342.754,48)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(390.940,21)	(141.082,59)
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	142.251,04
Juros e rendimentos similares		0,00	5.727,23
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento		(390.940,21)	6.895,68
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		284.870,08	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Subsídios		14.617,77	215.743,03
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		(15.541,99)	(575,61)
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		283.945,86	215.167,30
Variação de caixa e seus equivalentes		(75.836,92)	(120.691,41)
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		119.320,38	240.011,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	43.483,46	119.320,38

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Calixto

h f J de luv
h h h h h h
h h h h h

llar
H →

VI – Anexo às demonstrações financeiras

Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados Exercício de 2013 e 2012

1. Introdução

A **Madalena Progresso EEM**, com capital estatutário de 666.277 euros, com número de identificação fiscal 512.095.094, com sede no Largo Cardeal Costa Nunes, na Vila de Madalena do Pico e cujo objeto consiste no desenvolvimento, implementação, construção, gestão e exploração das áreas de desenvolvimento urbano prioritárias, a requalificação urbana e ambiental, a construção e gestão de habitação social, a construção de vias municipais, a construção, gestão e exploração de sistemas de abastecimento de águas e de resíduos sólidos, a construção, gestão e exploração de equipamentos desportivos, turísticos, culturais, educativos e de lazer, a promoção de eventos culturais, bem como desenvolvimento, implementação e gestão de atividades conexas.

Foi aprovado em Reunião Ordinária da Câmara Municipal da Madalena, de 18 de Fevereiro de 2013, a dissolução e liquidação da Madalena Progresso em virtude da aplicação da Lei 50/2012 de 31 de Agosto.

Nesta perspectiva, foi desencadeada a internalização das actividades com efeitos a 1 de Março de 2013 que prevê a transferência dos bens e direitos (activos e passivos) para a esfera jurídica do Município da Madalena.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) e normas interpretativas (NI) que fazem parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações, que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e, depois, às normas internacionais de contabilidade (IAS) e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas todos os anos, salvo indicação em contrário.

**(a) Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da liquidação da sociedade, conforme referido na nota introdutória, e de acordo com as NCRF em vigor à data da sua elaboração. As demonstrações financeiras e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário. As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivas e as resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados.

(b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e eventuais de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a construção e desenvolvimento de ativos fixos tangíveis são considerados como parte integrante do custo desses ativos até data da sua conclusão.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes e em conformidade com o período de vida útil estimado que se indica abaixo que são objeto de revisão anual, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados:

Os dispêndios subsequentes com a manutenção e reparação dos ativos fixos tangíveis que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridos.

O ganho ou a perda decorrente da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis, determinada como a diferença entre os proventos líquidos da alienação, se os houver, e a quantia escriturada, é reconhecido em resultados no momento da sua ocorrência.

(c) Imparidade de ativos fixos tangíveis

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável dos respetivos ativos.

A quantia recuperável do ativo consiste no maior de entre preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este determinado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Sempre que a quantia recuperável for inferior à quantia escriturada é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas



em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações), caso a perda não tivesse sido registada.

(d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos correspondentes a programas informáticos são mostrados ao custo, deduzidos das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. As depreciações são reconhecidas, por quotas constantes, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

O efeito de alguma alteração a estas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

(e) Participações financeiras

A participação no capital social da MADALENAGIR, S.A. , está registada pelo método da equivalência patrimonial. É elaborada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

(f) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando as houver.

(g) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

(h) Outras contas a pagar

As outras contas a receber e a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

As outras contas a receber e a pagar são classificadas no ativo corrente e passivo corrente, exceto se a realização ou liquidação for diferida, pelo menos, 12 meses após o Balanço.

(i) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A MADALENA PROGRESSO desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados.

São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

A MADALENA PROGRESSO desreconhece passivos financeiros quando obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.

(j) Subsídios governamentais e outros

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe uma certeza razoável que na Empresa irá cumprir com as condições associadas à sua atribuição. Os subsídios que compensam despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas e os que compensam a aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil estimada.

(k) Caixa e equivalentes a caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

(l) Capital social

O capital social apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato.

(m) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados ou em capitais próprios quando associados a transações registadas diretamente no capital próprio.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de

relatório contábilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

(n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) possa estimar fiavelmente o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

(o) Rédito

O rédito no âmbito do contrato de gestão de serviços de interesse municipal assume a natureza de compensação dos gastos não diretamente suportados pelos seus utilizadores e é assegurado mediante transferências a efetuar pelo orçamento municipal. O rédito não previsto anualmente no orçamento municipal somente é reconhecido quando for provável que sejam recuperáveis os gastos reconhecidos.

(p) Especialização de custos e proveitos

As despesas e receitas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de Outras contas a pagar e a receber e diferimentos.

(q) Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contábilísticas

As principais estimativas contábilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contábilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de aprovação das demonstrações financeira e tendo em consideração que em muitas situações existem alternativas ao

tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva.

(r) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não dão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras se forem considerados materialmente significativos.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, tinha a seguinte composição:

	2013	2012
Numerário	-	-
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	43.483	119.320
Depósitos a prazo	-	-
	<u>43.483</u>	<u>119.320</u>

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o ano de 2013, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2012, apresentada para efeitos comparativos, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

Em virtude a "internalização" das actividades, conforme referido na nota introdutória, que derroga o pressuposto subjacente da continuidade, pelo que os valores apresentados nas demonstrações financeiras em referência ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2013 não são comparáveis com os do exercício findo a 31 de Dezembro de 2012.

6. Partes relacionadas

O capital social MADALENA PROGRESSO é de 666.277,40 euros, representado por 666.277,40 ações ordinárias com valor nominal de um euro, cada uma, e encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

As ações representativas do capital social subscrito e realizado são assim detidas pelo Município da Madalena do Pico.

Em 2013 e 2012, foram efetuadas as seguintes transações com acionistas e partes relacionadas:

	2013	2012
Prestação de serviços		
Município da Madalena do Pico	12.900	-

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a Madalena Progresso apresentava os seguintes saldos com accionistas e partes relacionadas:

	2013	2012
Outras contas a receber		
Município da Madalena do Pico	-	5.000

7. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido durante o ano nos ativos fixos tangíveis em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, compreendem:

	31 de Dezembro de 2012			Saldo em 31-12-2012
	Saldo em 01-01-2012	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	199.683	-	-	199.683
Equipamentos administrativos	-	254	-	254
Outros activos fixos tangíveis	852	34.047	-	34.899
	<u>200.535</u>	<u>34.301</u>	-	<u>234.836</u>
Depreciações acumuladas				
Equipamentos administrativos	-	51	-	51
Outros activos fixos tangíveis	852	8.512	-	9.364
	<u>852</u>	<u>8.563</u>	-	<u>9.415</u>
Valor líquido	<u>201.387</u>			<u>225.422</u>

	31 de Dezembro de 2013			Saldo em 31-12-2013
	Saldo em 01-01-2013	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	
Custo:				
Terrenos e recursos naturais	199.683	-	-	199.683
Edifícios e outras construções	-	18.507	-	18.507
Equipamentos administrativos	254	671	-	925
Outros activos fixos tangíveis	34.899	2.476	-	37.375
	<u>234.836</u>	<u>21.653</u>	<u>-</u>	<u>256.490</u>
Depreciações acumuladas				
Edifícios e outras construções	-	1.696	-	1.696
Equipamentos administrativos	51	181	-	232
Outros activos fixos tangíveis	9.364	8.718	-	18.082
	<u>9.415</u>	<u>10.596</u>	<u>-</u>	<u>20.010</u>
Valor líquido	<u>225.422</u>			<u>236.479</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 a conta investimentos em curso apresentava um saldo de 694.506 euros referente à construção da biblioteca da Madalena do Pico, bem como, do parque geriátrico. Em 2012, o saldo respeitante a investimentos em curso era de 252.056 euros.

8. Ativos intangíveis

O movimento ocorrido durante o ano no ativo intangível resume-se:

	31 de Dezembro de 2012			Saldo em 31-12-2012
	Saldo em 01-01-2012	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	
Custo:				
Programas de computador	814	-	-	814
	<u>814</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>814</u>
Depreciações acumuladas				
Programas de computador	814	-	-	814
	<u>814</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>814</u>
Valor líquido	<u>-</u>			<u>-</u>

Mar
2

31 de Dezembro de 2013				
	Saldo em 01-01-2013	Aquisições / Dotações	Transferências/ Abates	Saldo em 31-12-2013
Custo:				
Programas de computador	814	-	-	814
	<u>814</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>814</u>
Depreciações acumuladas				
Programas de computador	814	-	-	814
	<u>814</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>814</u>
Valor líquido	<u>-</u>			<u>-</u>

9. Participações financeiras

Na rubrica de Investimentos financeiros está registada a subscrição da participação no capital social da MADALENAGIR, S.A. constituída em 2007. Em 2011, foram adquiridas as ações detidas pelos privados pelo seu valor nominal, correspondente a 100% do capital social no montante de 50.000 euros.

10. Estado e outros entes públicos

Os saldos devedores e credores no final do ano resumiam-se como se segue:

	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento				
Pagamentos especial por conta	586	-	586	-
IRC a pagar	-	180	-	-
IRC a recuperar	-	-	4.689	-
Estimativa de IRC	-	-	-	73
Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares				
Trabalho dependente	-	-	-	525
Trabalho independente	-	6	-	462
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a recuperar	-	-	-	-
IVA - a pagar	-	10.171	-	19.217
IVA - liquidações oficiosas	235	-	367	-
Contribuições para a segurança social				
	-	-	-	2.970
	<u>821</u>	<u>10.357</u>	<u>5.642</u>	<u>23.247</u>

A MADALENA PROGRESSO EEM, está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa reduzida a aplicar para determinação do IRC é de 17,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos e 5 anos no que respeita à segurança social, exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções fiscais, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Em 31 de Dezembro de 2013, não existiam quaisquer diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscais suscetíveis de registo contabilístico em impostos diferidos ativos e passivos.

11. Clientes e Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o saldo de Clientes e Outras contas a receber resume-se como segue:

	2013	2012
Clientes		
Outros	<u>11.866</u>	<u>175.841</u>
Outras contas a receber		
Juros a receber	-	-
Fornecedores a débito	-	46
Outros	<u>55.065</u>	<u>105</u>
	<u>55.065</u>	<u>151</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, está registado na rubrica Outros Devedores e Credores o montante de 54.942 euros referente ao subsidio do IFAP, que tem como objeto, a aquisição de "equipamentos que permitirão zonas de lazer e recreio à comunidade infantil, promovendo a saúde".

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a diferimentos apresentava a seguinte composição:

	2013		2012	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Seguros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.384</u>	<u>-</u>

13. Capital e reservas

Em 31 de Dezembro de 2013 o movimento de Capital próprio apresentava a seguinte composição:

	Saldo inicial	Alterações reconhecidas no capital próprio	Aplicação de resultados	Resultados do ano	Saldo final
Capital social	666.277	-	-	-	666.277
Reservas legais	2.028	-	-	-	2.028
Outras reservas	4.091	-	-	-	4.091
Resultados transitados	4.863	-	(118.393)	-	(113.530)
Outras variações no capital próprio	142.251	69.560	-	-	211.811
	819.510	69.560	(118.393)	-	770.677
Resultado líquido do exercício	(118.393)	-	118.393	(67.581)	(67.581)
Total do capital próprio	701.117	69.560	-	(67.581)	703.096

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, bem como a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração para resultados transitados o prejuízo de 118.393 euros apurado nesse exercício, foram aprovadas em Assembleia Geral realizada em 12 de Abril de 2013.

14. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de fornecedores e outras contas a pagar resume-se como segue:

	2013	2012
Fornecedores		
Outros	7.132	33.739
Outras contas a pagar		
Fornecedores de investimentos	83.768	45.987
Remunerações a liquidar	-	13.727
Outros	2.996	11.998
	86.764	71.712

15. Financiamentos obtidos

Em 28 de Dezembro de 2012, o BESA – Banco Espírito Santo dos Açores, S.A., concedeu um empréstimo com o limite máximo global de 298.000 euros, por um período de vinte e quatro meses, com vencimento de juros mensal à taxa Euribor a seis meses, acrescida de um spread de 7,5%, e reembolso de capital em prestações mensais constantes, vencendo-se a primeira prestação 25 meses após a data efetiva, ou seja em janeiro de 2015. Em 31 de Dezembro de 2013 encontravam-se utilizados 234.870 euros.

Em 31 de Dezembro de 2013, existia uma conta corrente caucionada com o limite máximo autorizado de 200.000 euros também concedida pelo o BESA – Banco Espírito Santo dos Açores, S.A., que se encontrava utilizada em 50.000 euros e sobre o qual são calculados juros à taxa Euribor a seis meses acrescida de um spread de 7,5%.

16. Prestação de serviços

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica de prestação de serviços resume-se como se segue:

	2013	2012
Prestação de serviços		
Promoção de turismo	12.900	27.008
Centro de formação artística	810	13.201
Madalenaventura	-	664
Bar piscina	-	13.366
Aluguer de tendas	75	-
	<u>13.785</u>	<u>54.238</u>
Descontos e abatimentos	-	(1.738)
	<u>13.785</u>	<u>52.501</u>

17. Subsídios à exploração

Em virtude a aprovação da dissolução e liquidação, não foram celebrados, em 2013, contratos programa com o Município da Madalena.

18. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica detalhava-se conforme se segue:

	2013	2012
Trabalhos especializados	19.619	32.161
Publicidade e propaganda	1.011	10.124
Honorários	6.483	72.187
Materiais	833	7.573
Deslocações, estadas e transportes	1.081	49.646
Organização de eventos	-	137.285
Curso de formação artística	-	1.570
Outros	6.650	7.749
	<u>35.678</u>	<u>318.294</u>

19. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal nos anos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 detalham-se conforme se segue:

	2013	2012
Remunerações do pessoal	11.318	122.860
Encargos sobre remunerações	3.173	26.225
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.588	4.253
Outros	-	-
	<u>16.079</u>	<u>153.338</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 não haviam trabalhadores ao serviço da empresa, em virtude da sua internalização no Município da Madalena. Em 2012 o número médio de pessoas ao serviço da MADALENA PROGRESSO era de 10.

20. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica detalha-se como segue:

	2013	2012
Apoio na coordenação dos projectos de investimento	-	137.931
Outros	500	6.761
	<u>500</u>	<u>144.692</u>

21. Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de Outros gastos e perdas têm a seguinte composição:

	2013	2012
Impostos		
Impostos directos	660	880
Impostos indirectos	2.152	15
Correcções relativas a períodos anteriores	2.075	229
Donativos	-	1.653
Multas e penalidades	103	4.171
Serviços bancários	384	512
Outros	60	143
	<u>5.434</u>	<u>7.603</u>

22. Gastos e perdas de financiamento

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de gastos e perdas de financiamento têm a seguinte composição:

	2013	2012
Juros de financiamentos obtidos	13.261	1
Juros de mora e compensatórios	639	36
Imposto de selo	-	4.030
	<u>13.900</u>	<u>4.068</u>

23. Juros, dividendos e outros rendimentos similares

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de juros, dividendos e outros rendimentos similares têm a seguinte composição:

	2013	2012
Juros obtidos de depósitos	-	4.334
	<u>-</u>	<u>4.334</u>

.....

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

[Handwritten signature]

VII - Relatório e Parecer do Fiscal Único



SALGUEIRO, CASTANHEIRA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
(Inscrita sob o n.º 151)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao estabelecido nos Estatutos da Madalena Progresso, EEM, e no Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos apresentar o Relatório e Parecer do Fiscal Único sobre o Relatório de Gestão, o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, a Demonstração dos Resultados por natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração das alterações no Capital Próprio do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração com funções de liquidatário da Madalena Progresso, EEM, relativamente ao exercício findo naquela data.

2. ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

No âmbito das atribuições que nos estão cometidas, desenvolvemos a actividade, nomeadamente, através de reuniões e de contactos regulares com os diversos Serviços da Empresa, tendo obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários. Apreciamos, ainda, as actas do Conselho de Administração com funções de liquidatário, assim como outra documentação produzida pelos serviços da empresa.

Procedemos também, ao longo do exercício, à fiscalização corrente dos registos contabilísticos e efectuámos as verificações adequadas relativamente aos documentos de prestações de contas.

3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão, elaborado pelo Conselho de Administração com funções de liquidatário, está em consonância com os demais documentos de prestação de contas e satisfaz os requisitos exigidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, relatando os aspectos essenciais das actividades desenvolvidas no exercício.

4. APRECIÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO

O Balanço e demais Documentos de Prestação de Contas relativos ao exercício de 2013 foram elaborados e estão em conformidade com os princípios e procedimentos contabilísticos geralmente aceites, atentas as condicionantes expressas na Certificação Legal de Contas, tornando-se imprescindível, para a sua completa compreensão, a leitura em simultâneo do Anexo às Demonstrações Financeiras.

5. APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A proposta de aplicação do prejuízo apurado no exercício, no montante de 67.581,06€, apresentada pelo Conselho de Administração com funções de liquidatário, está em conformidade com as disposições legais e estatutárias, reunindo condições para ser aprovada pela Assembleia-geral.

6. PARECER

Na sequência da apreciação efectuada, e na qualidade de Fiscal Único da Sociedade, somos de parecer que os Senhores Accionistas aprovelem:

- O Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração das alterações no Capital Próprio, e o correspondente Anexo, referentes ao exercício de 2013, apresentados pelo Conselho de Administração com funções de liquidatário;
- A proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração com funções de liquidatário.

Salientamos ainda que, nos termos do artigo 455 ° do Código das Sociedades Comerciais, deverão os Senhores Accionistas proceder à apreciação geral da administração e da fiscalização da Sociedade.

Finalmente, não podemos deixar de destacar e agradecer o apoio e colaboração recebidos do Conselho de Administração com funções de liquidatário da Madalena Progresso, EEM

Mem-Martins, 30 de Abril de 2014



**Fernando da Silva Salgueiro ROC n.º 774
em representação de
Salgueiro, Castanheira & Associado, SROC**

Handwritten signature in blue ink

VIII – Certificação Legal de Contas



SALGUEIRO, CASTANHEIRA & ASSOCIADO
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
(Inscrita sob o n.º 151)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Madalena Progresso, EEM, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de 1.092.220,23€ e um total de capital próprio de 703.096,76€, incluindo um resultado líquido negativo de 67.581,06€), a Demonstração dos Resultados por natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração das alterações no Capital Próprio do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração com funções de liquidatário a apresentação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração com funções de liquidatário, utilizadas na sua preparação;

a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Madalena Progresso, EEM em 31 de Dezembro de 2013 e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Mem-Martins, 30 de Abril de 2014



**Fernando da Silva Salgueiro ROC n.º 774
em representação de
Salgueiro, Castanheira & Associado, SROC**